
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA NORDESTINA NOS ANOS 1990

Ana Cristina dos Santos Morais¹
Ray Rommenigge do Nascimento Rabelo²

RESUMO: O presente trabalho busca analisar o processo de desconcentração industrial no Brasil e seus rebatimentos no emprego formal no Nordeste brasileiro. Para alcançar tal objetivo, utilizou-se dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, para obter as evidências sobre a evolução dos níveis de concentração da atividade industrial na Região. Percebe-se que ocorreu uma desconcentração relativa do emprego, pois, excetuando-se o Sudeste todas as Regiões apresentam ganhos no período. Esse resultado mostra que as regiões ampliaram sua participação, devido à repercussão do processo de descontração produtiva ocorrida no Brasil.

Palavras-Chave: Reestruturação Produtiva, Relocalização Industrial, Guerra Fiscal, Nordeste.

¹ Economista. Doutoranda em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia na Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: crystnamorays@hotmail.com.

² Economista. E-mail: rrn.rabelo@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O processo de reestruturação produtiva acentuou-se com a introdução de novas tecnologias na produção, provocando considerável aumento da produtividade bem como novas concepções e mudanças no mundo do trabalho. A reestruturação produtiva no Brasil foi marcada pela inserção de novas tecnologias, bem como dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ's), desencadeando um processo de redução de custos com a demissão de trabalhadores, atingindo, também, os seus líderes sindicais.

No início da década de 1990 houve uma redução da participação do Estado na economia brasileira, no que diz respeito à políticas de desenvolvimento regional. De acordo com Caiado (2002), a participação do Estado se deu pelo agravamento da guerra fiscal entre os estados, bem como através de incentivo ao investimento estrangeiro. Com a falta de projetos voltados para o desenvolvimento regional, a guerra fiscal tornou-se instrumento que promoveu vantagens nas regiões do país, proporcionando uma realocação industrial em algumas regiões em detrimento de outras.

O processo de reestruturação produtiva no Brasil contribuiu para a redução da concentração industrial paulista e foi marcado por diminuição nos custos, principalmente aqueles relacionados à mão de obra, provocando a expulsão de grande parcela dos trabalhadores dos seus postos de trabalho. Grosso modo, a realocação produtiva implicou no processo de descentralização do setor industrial do Sudeste para as demais regiões do País. Essa nova reorientação da distribuição das atividades produtivas, foi estimulada pelas deseconomias de aglomeração que se concentravam na área metropolitana de São Paulo, ao mesmo tempo em que possibilitou economias de aglomeração em outras regiões do país.

O Nordeste foi uma das Regiões que se beneficiou com essa desconcentração industrial, tanto no período de 1970 a 1985, quanto nos anos 1990. Esse processo atingiu principalmente os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente suas regiões metropolitanas. Nos anos 1990, o Nordeste continuou se beneficiando com a atração de uma quantidade significativa de empresas para a sua região. Segundo Pereira (2008, pag. 92), o ganho desse período “deveu-se mais à reestruturação

produtiva do capital do que à política econômica do governo”, que naquele momento estava em “um período de ausência total no que se refere ao intuito desenvolvimentista”.

Na década de 1990, a Região nordestina apresentou avanço no que diz respeito à instalação de novas indústrias, das quais algumas foram implantadas ou transferidas do Sul e Sudeste. A partir dos anos 2000, há um novo direcionamento na economia brasileira, pois as políticas econômicas tornaram-se mais restritivas, pois tinham finalidade de controlar a inflação. A partir de 2006, o Nordeste vem apresentando taxas de crescimento econômico superiores às do País, resultado este que vem se consolidando nos anos posteriores (AMARAL FILHO, 2009).

A análise dos dados permite observar que houve a perda de participação relativa da indústria em algumas regiões do País. O Nordeste, como já frisado, foi uma das regiões que obteve ganho relativo nesse processo de desconcentração industrial ocorrido no período em estudo. Destaca-se que as políticas de incentivos fiscais tornaram-se fatores preponderantes para atrair indústrias para o Nordeste. Essa atratividade exercida por concessões promoveram uma realocação de indústrias e de outros empreendimentos. As empresas ao se transferirem para o Nordeste, visavam aproveitar potencialidades locais implicando no crescimento da oferta do emprego na Região.

No início da década de 1990 o Brasil passava por crise financeira com redução do desenvolvimento econômico e social. Tal estagnação se deu em virtude da transferência para o exterior, de parte da riqueza produzida no País, visando reduzir o endividamento, ao mesmo tempo em que a preocupação com o desenvolvimento precisou ser paralisada devido à falta de recursos. Naquela mesma década, segundo Brum (1999), o Brasil deparava-se com quatro exigências principais: superar a crise, lançar as bases de uma nova etapa de desenvolvimento, desencadear processo de erradicação das desigualdades sociais e aprofundar a democracia.

Para a elaboração da pesquisa foi necessário realizar uma revisão bibliográfica, para subsidiar o trabalho, bem como um levantamento de dados com base na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. O objetivo deste trabalho é apresentar um quadro geral sobre a geração de empregos

formais na indústria do País, na década de 1990. O estudo é mais especificamente voltado para análise do emprego formal na indústria nordestina. O trabalho inicia com uma breve introdução. Em seguida apresenta-se a participação e o crescimento do emprego industrial nas regiões brasileiras. A terceira parte é composta pela distribuição do emprego formal na indústria dos estados do Nordeste. Por fim, é feita as considerações finais.

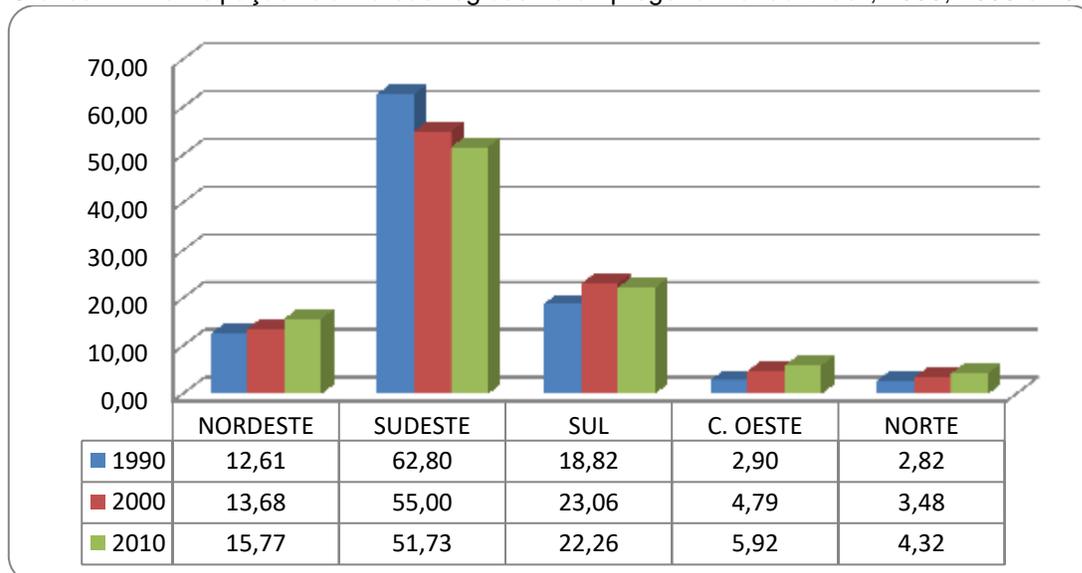
2. O EMPREGO FORMAL NAS REGIÕES DO BRASIL

Nos anos 1990, ocorreu uma mudança na configuração regional do Brasil, caracterizada por uma desconcentração espacial, após o período de grande concentração da atividade econômica em São Paulo (PACHECO, 1998). De acordo com o autor os determinantes de tal desconcentração foram muitos, tais como:

1. O deslocamento da fronteira agrícola e mineral;
2. O processo de integração produtiva do mercado nacional;
3. O perfil relativamente desconcentrado do sistema urbano brasileiro;
4. O surgimento de “deseconomias de aglomeração” e pressões ambientais em áreas mais industrializadas;
5. As políticas de governo e o investimento produtivo estatal;
6. Os impactos da crise econômica e a orientação agroexportadora;
7. O ajuste microeconômico que cada região assumiu.

Barjas Negri (*apud* Pacheco, 1998), identifica distintas interpretações no que se refere à problemática de desconcentração industrial, das quais o autor aponta duas, a primeira relacionada ao processo de “reversão da polarização”, estando ligada às deseconomias de aglomeração em virtude do crescimento urbano. A segunda diz respeito à existência de abordagens mais abrangentes possibilitando ampliar as explicações no que se refere à desconcentração produtiva no Brasil.

Gráfico 1 – Participação relativa das regiões no emprego formal do Brasil, 1990, 2000 e 2010 (%).



Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE.

No caso das regiões brasileiras essa desconcentração se deu de forma desigual, implicando, em geral, em uma não homogeneidade na distribuição. No período do Governo Collor, promoveu-se uma abertura comercial acentuada que redundou no aprofundamento da crise brasileira. A indústria do País não tinha como concorrer com os produtos importados os quais foram beneficiados com as reduções tarifárias. Esse quadro provocou uma redução no dinamismo do mercado de trabalho formal, devido as medidas político-econômicas implementadas, já que o Governo precisava enfrentar alguns desafios tais como: controlar a inflação, equacionar a dívida externa e formular a política econômica (BRUM, 1999).

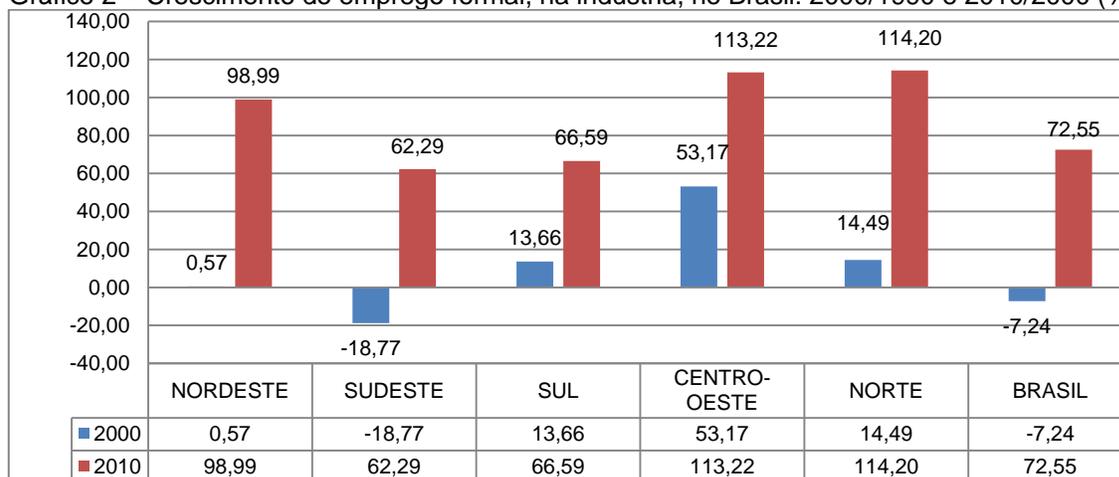
O gráfico 1 apresenta a participação relativa do estoque de emprego formal na indústria das regiões no total do Brasil. O Sudeste era detentor de 62,8% de todo o emprego do País em 1990, ou seja, mais da metade do emprego de todo o Brasil estava concentrado em quatro estados – Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Essa participação ao longo do período apresentou declínio de mais de dez pontos percentuais.

As regiões Sul e Sudeste eram responsáveis por mais de 80% do emprego na indústria do País. Percebe-se que embora o Sudeste tenha sido a única Região com

perda significativa de participação no período, nela ainda está concentrada mais de 50% do total de empregos do País. Além do Nordeste, outras regiões também se beneficiaram com o aumento de postos de trabalho.

As Regiões Norte, Centro Oeste e Nordeste foram as que apresentaram aumento de participação durante todo o período, com o Nordeste apresentando melhor desempenho. No caso das regiões Sul e Sudeste ocorreram queda constante na participação relativa. As indústrias que mais migraram do Sudeste para outras regiões do Brasil foram aquelas intensivas em mão de obra. Embora o Nordeste não seja tão bem estruturado quanto o Sul e o Sudeste, essa Região apresentou taxas de crescimentos maiores do que as do Brasil. Nos anos 1990 esse processo se deu, principalmente, devido a guerra fiscal, abertura comercial e o processo de reestruturação produtiva que atraíram indústrias para a Região, em especial aquelas intensivas em mão de obra barata (PEREIRA, 2008).

Gráfico 2 – Crescimento do emprego formal, na indústria, no Brasil: 2000/1990 e 2010/2000 (%).



Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE.

O gráfico 2 mostra o crescimento do emprego em 2000 quando comparado com 1990 e em 2010 comparando-se com os dados do emprego de 2000. O crescimento do emprego industrial nos anos 2000 foi maior do que em 1990, que há uma recuperação no emprego formal, com aumento na quantidade de postos de trabalhos formais em direção às outras regiões do Brasil, pois não só os estabelecimentos, mas também os empregos formalizados estão concentrados nas regiões Sudeste e Sul.

A participação do Nordeste, no que se refere ao emprego, foi mais acentuada durante o Governo Lula do que no período dos governos anteriores.

3. EMPREGO INDUSTRIAL NOS ESTADOS DO NORDESTE BRASILEIRO

A urbanização ocorrida no Nordeste na década de 1990 refletiu as grandes transformações do processo da reestruturação produtiva e da abertura do mercado. Ablas e Pinto (2009) mostram que na economia do Nordeste ocorreu uma “desconcentração concentrada”. Desconcentração devido à redução na participação relativa no setor industrial, principalmente, do Sudeste, em benefício de outras regiões do País. Concentrada em virtude ocorrer uma maior concentração das unidades e dos empregos industriais em três estados: Bahia, Pernambuco e Ceará.

Tabela 1 – Participação relativa do emprego formal na indústria nordestina, 1989-2010 (%)

ESTADOS DO NORDESTE	1990	1995	2000	2005	2010
MARANHÃO	4,31	4,71	4,88	4,33	5,97
PIAUI	3,27	3,58	3,81	3,54	3,66
CEARÁ	14,41	18,72	20,69	19,83	19,42
RIO GRANDE DO NORTE	6,00	6,45	7,13	7,53	7,38
PARAÍBA	6,74	7,28	7,58	7,06	6,66
PERNAMBUCO	30,13	25,54	21,48	19,89	20,70
ALAGOAS	8,64	9,29	8,54	10,26	7,98
SERGIPE	4,85	4,08	4,32	4,68	4,66
BAHIA	21,64	20,35	21,56	22,87	23,57
NORDESTE	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração com base nos dados da RAIS/MTE.

A tabela 1 mostra a participação relativa dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada na indústria, nos estados do Nordeste. A participação de pessoas formalizadas no mercado de trabalho industrial cresceu em todos os estados do Nordeste. As unidades federativas com maior participação são a Bahia, o Pernambuco e o Ceará. Esses três estados juntos participam com, aproximadamente, 64% de todo o emprego industrial da Região. Quanto aos estados do Nordeste, algumas constatações são possíveis. O número de empregos formais industriais no estado do Maranhão alcançou um estoque de 103 mil em dezembro de 2010, com um crescimento de 130% em relação ao estoque de emprego em 1989. Chama a atenção a construção civil,

responsável por quase 60% de todo o emprego do estado. Juntando este segmento com a indústria de produtos não metálicos, a indústria química, a de alimentos e os serviços industriais de utilidade pública, são responsáveis por 84,5% de todo o emprego industrial do estado. O Maranhão apresenta aumento na participação relativa dentro da Região.

Apesar da criação, em 1993, do Programa Sergipano de Desenvolvimento industrial, a participação do estado de Sergipe no total industrial do Nordeste brasileiro é pequena, pelo menos em termos relativos, pois, quando é analisado a dinâmica do mercado de trabalho industrial, do ponto de vista dos dados absolutos, o estado em 1989 contava com 41,8 mil vínculos, enquanto em dezembro de 2010 chegou a 80,9 mil pessoas com carteiras de trabalho assinadas no setor industrial.

A indústria no estado do Ceará tem apresentado dinamismo no mercado de trabalho formal. O crescimento do emprego nesse setor foi resultado da implantação de programas para a ampliação da atividade nos municípios. O Governo do estado promoveu vários incentivos para atrair novos empreendimentos, visando descentralizar a indústria, que estava concentrada na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Tais benefícios desencadearam processo de desconcentração da atividade industrial, com a transferência de indústrias para o Ceará. Tal processo é gerenciado pela Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará – ADECE (MARDÔNIO, 2009). Esse quadro permanece durante todo o período de análise, pois os dados confirmam que o estado está entre os três principais geradores de empregos em números absolutos no Nordeste brasileiro.

O estado do Piauí do ponto de vista da participação relativa do emprego dentro da Região, não apresenta resultados relativos significativos, contudo, os dados para o setor industrial mostram que os segmentos industriais mais expressivos são: minerais não metálicos, a indústria têxtil e a construção civil. Esses segmentos são responsáveis por 63% de todo o emprego no Piauí. Os outros segmentos do setor industrial não possuem participação significativa na geração de empregos no estado.

Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas apresentam participações constantes, porém, não há expressividade de participação individual de cada estado dentro do

Nordeste, que apontasse expressividade ao longo do período, pois permaneceram com mesmo nível de dinamismo.

O estado da Bahia utilizou-se também de estímulos fiscais e financeiros oferecidos pelos estados. Constituindo-se em um dos principais ofertantes desse tipo de incentivo para promover a atração de indústrias para o seu território. O expressivo crescimento na Bahia deve-se à instalação de um parque industrial automobilístico (FORD), que requer também à instalação de estabelecimentos complementares, como por exemplo, indústrias de autopeças.

No estado do Ceará o aumento na quantidade de estabelecimentos ocorreu em função da instalação de indústrias têxteis e calçadistas. Na Paraíba a instalação ocorreu, principalmente, da indústria calçadista. Os demais estados do Nordeste apresentam crescimento maior a partir da década de 2000. Pernambuco, juntamente, com a Bahia e o Ceará, tornaram-se os pioneiros na concessão de incentivos fiscais que visassem novas instalações industriais. Portanto o crescimento só ocorreu mais efetivamente na década de 2000, visto que em relação aos outros dois estados foi o último a utilizar esta política.

4. CONCLUSÃO

O período em estudo apresenta uma dinâmica positiva no mercado de trabalho formal no nordeste brasileiro. Esse dinamismo econômico, bem como os incentivos fiscais foram fatores preponderantes para a incorporação de novos trabalhadores, formalizados no mercado. A guerra fiscal da década de 1990 constituiu-se em um dos principais fatores que alterou as vantagens de localização que influenciava a decisão locacional, dado o cancelamento de investimentos públicos na produção, bem como ausência de projeto de desenvolvimento regional.

Algumas políticas de incentivos proporcionadas, pelos governos municipais como - IPTU, ISSS, doação e cessão de terras, dentre outras, além de programas e políticas de apoio do Governo Federal, promoveram expansão dos municípios e possibilitou a atração e implantação de novas unidades produtoras. Essa expansão foi possível tanto pelas políticas de incentivos fiscais quanto pelos fatores que estimularam

a aglomeração, como a proximidade com fornecedores, infraestrutura básica, facilidade no escoamento da produção, dentre outros.

REFERÊNCIAS

ABLAS, L. A. Q.; PINTO, R. F. Nordeste brasileiro: Crescimento e dinâmica espacial no período 1970-2008. **Revista Econômica Do Nordeste**, FORTALEZA, V. 40, N 4, P. 821-832, OUT./DEZ. 2009.

AMARAL FILHO, J. MELO, et al. Impactos dos Grandes Projetos Federais em estados nordestinos - Ceará. In. **Impactos dos grandes projetos federais sobre os estados do Nordeste** / Organizadores Maria Lussieu da Silva, Valdenia Apolinário. – Natal, RN: EDUFRN, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília – DF; MTE.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 20.ed. Ed. UNIJUÍ – 1999.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. **Desconcentração industrial regional no Brasil (1985 – 1998): pausa ou retrocesso?** Tese de Doutorado: Universidade Estadual de Campinas: 2002.

PACHECO. Carlos Américo. **Fragmentação da Nação**. Campinas: Unicamp, 1998.

PEREIRA, William E. N. Reestruturação do Setor Industrial e Transformação do Espaço Urbano de Campina Grande – PB a partir dos anos 1990. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. CCHLA. UFRN, 2008.

Recebido em: agosto 2016

Aceito em: dezembro 2016